

“Beethoven, o surdo, ou Beethoven, o grande compositor?”: Por uma resignificação da dimensão política inerente às discussões sobre Libras e comunidades de sinalizantes.

*Alexandre do Amaral Ribeiro**

Discriminar, excluir indivíduos ou grupos em função de determinados usos da linguagem ou em nome da preservação de certas identidades: essas são questões que vêm emergindo em polêmicas geradas na atualidade. Tais questões trazem para o centro das discussões a vida política da linguagem e o caráter ético inerente aos estudos científicos da linguagem, tomando cada vez mais relevantes estudos que se ocupem com Políticas Linguísticas e Políticas de Línguas em contextos específicos.

É necessário que se investiguem fenômenos inerentes às relações entre língua, cultura e sociedade, apontando para rupturas e ambivalências próprias dos processos de constituição de identidades na contemporaneidade. A sociedade contemporânea reivindica uma revisão das próprias formas de se pensar a linguagem e o papel e lugar da(s) ciência(s) e política(s) que a tomam como objeto.

Nesse sentido, a sociedade é convocada a enfrentar as constantes incompletudes, provocadas por um mundo globalizado, onde o global e o local se interpenetram. *A fluidez das identidades, antes pensadas e sentidas de forma diferente, faz criar mecanismos de defesa e de resistência a determinadas situações e/ou grupos cuja existência mesmo que tolerada põe em xeque o lugar de cada um na sociedade. Esses mecanismos podem, muitas vezes, traduzir-se em preconceitos e formas de discriminação.*

Dessa maneira, tanto no âmbito da política quanto no das discussões teórico-científicas, se é que podem ser consideradas em separado, há debates inflamados sobre o que é, como se faz e quem pratica atos de preconceito (linguístico) e políticas efetivas.

Os argumentos, utilizados sistematicamente para a defesa dos pontos de vista apresentados nos diversos debates, emergem dos saberes que constituem um edifício teórico de grupos que, em geral, resistem a qualquer tipo de “reforma”, tendo as suas premissas como básicas, essenciais e invioláveis. Recusam-se a rever qualquer “fundamento seguro” sobre o qual foi erigida “a ciência” e/ou “o grupo social” no qual se acredita circunscrito.

*Doutor em Linguística/Unicamp, Mestre em Letras/PUC-RJ, Especialista em Psicopedagogia Diferencial PUC-RJ, Prof. Curso de Letras da Universidade Gama Filho, Prof. Curso de Pedagogia do ISBE/ Instituto Nacional de Educação de Surdos

Assim, parece oportuno pensar em que medidas políticas (educacionais, lingüísticas...), no afã de defender minorias lingüísticas e preservar a língua, podem-se transformar em práticas de preconceito. Afinal, políticas lingüísticas e políticas de línguas, expressas em leis, projetos de lei e demais documentos oficiais, refletem contextos sócio-históricos e servem não apenas como dado, mas também como pano de fundo para uma discussão sobre o preconceito no contexto brasileiro.

Não é raro detectar, tanto nos discursos sobre o direito à diferença quanto naqueles que procuram proteger grupos sociais, atitudes preconceituosas, uma certa crença de estarem os seus propositores investidos de autoridade suficiente para avaliar o grau e intensidade do problema do outro. E o que é mais preocupante: uma atitude que implicitamente reforça aquelas idéias contra as quais o próprio grupo parece lutar.

Mas, quem pode, e em nome de quem, defender ou avaliar o grau de preconceito sofrido pelo outro? Quem está autorizado a emitir pareceres sobre a pertinência lingüística e, até mesmo, a jurisprudência de documentos e leis que visam “defender” a língua (nacional)? Como garantir a inclusão de algo sem, com isso, provocar a exclusão do(s) seu(s) dito(s) oposto(s)? Quais os critérios éticos, políticos e científicos que, em servindo de norte para essas discussões, garantem uma auto-reflexão crítica que supere qualquer tipo de radicalismo? Enfim, a luta é de quem em prol de quem? Onde está a autorização de um grupo a lutar pelo outro (se é que se julga necessário)?

Essas são questões que auxiliam a estudar políticas lingüísticas sob o ponto de vista das relações entre sujeito e sociedade na pós-modernidade. Daí, uma discussão sobre a dimensão ética das políticas. É preciso perceber que as políticas também nomeiam e categorizam indivíduos a partir de determinado ponto de vista. Qual o objetivo de uma política de valorização da LIBRAS, por exemplo, se essa mesma política deixa dúvidas sobre as capacidades do sujeito sinalizante? Como se deseja valorizar o sujeito sinalizante na sociedade? Ressaltando suas supostas deficiências ou suas capacidades? Qual a ética inerente às políticas atuais?

Por tradição, falar em ética só é legítimo quando se pode detectar uma intenção nas ações praticadas por agentes humanos. Os fenômenos da natureza não podem ser colocados sob o julgamento da ética. A premissa de que a língua seja um objeto natural faz com que sejam construídas duas questões diferentes e separadas: a da existência de um objeto do mundo natural e a das categorias que são formuladas para o estudo desse objeto.

Pretende-se, na perspectiva das políticas lingüísticas, uma ética que ultrapasse a idéia humanitária dos direitos humanos e dos direitos lingüísticos e que permita superar o dualismo do sujeito-ético como vítima e do sujeito ético como piedoso (CHAUI, 1999). Em outras palavras, a proposição de políticas lingüísticas será eticamente efetiva se acompanhada de ações propositivas em torno do sujeito e da sociedade. Se, ao contrário, decorrer tão somente de consenso sobre a injustiça e preconceito, poderá representar apenas uma forma de “acalmar a consciência”. Muito mais uma forma de “redimir-se de pecados”, de autopunição do que de construir e de viver uma sociedade justa.

Assim, é importante desfazer equívocos de categorização, significado de termos, etc. Um bom exemplo é o apontado por Sá, quando lembra que a defesa da

língua de sinais como primeira língua não pode ser entendida como uma forma de afirmação de que

o desenvolvimento cognitivo depende exclusivamente do domínio de uma língua, mas se está crendo que dominar uma língua garante melhores recursos para as cadeias neuronais envolvidas no desenvolvimento dos processos cognitivos. (...) o que pretendem os defensores do 'bilingüísmos' é garantir o domínio de uma língua para dar bases sólidas ao desenvolvimento cognitivo do indivíduo. (SÁ, 2006, p. 88)

Ressalta-se, portanto, a necessidade de se rever constantemente os conceitos e formas de nomeação, categorização e narração dos desafios próprios do contexto surdo-libras. Não se pode deixar influenciar por idéias paternalistas e/ou de apologia à deficiência, como se o importante não fosse o fato de o ser humano conseguir superar desafios e ser sempre dotado de capacidades incontáveis. Isso, sim, fará aparecer a autoconfiança e a dignidade do surdo e das comunidades surdas.

Os ouvintes existem; sua cultura também. O surdo, sua cultura e língua também existem. Nada disso está mais em questão, embora se possa questionar o que se entenda por *cultura, língua*, etc. O que se deseja é que o surdo se aproprie do lugar que é seu por direito. Que o faça com confiança em si mesmo, com dignidade em relação a sua língua, aos seus princípios. Não se pode acreditar em uma "inclusão excludente", em uma "inclusão vingativa", em uma inclusão que pede para renegar sua família.

Além de sua história como surdo, o surdo tem uma família que é a base da sua história, mesmo conturbada. Nessa família existem certamente ouvintes. Todos são importantes para a formação de sua identidade, inclusive da identidade surda. Os primeiros registros que tem, as primeiras formas (equivocadas ou não), que serviram para narrá-lo, enquanto membro da família e da sociedade, foram feitas no seio dessa família.

Dessa maneira, é preciso tomar a decisão de recusar-se a trabalhar com uma divisão binária (surdo-ouvinte), em que não se valoriza, de fato, a diferença, mas sim acaba-se imprimindo a idéia de tornar o grupo homogêneo, o que significaria preconceito e discriminação para ambos os lados. Não se pode transformar a postura multiculturalista em uma "ideologia da assimilação", onde se autoriza que os outros "continuem sendo "esses outros", porém em uma espécie de legalidade, de oficialidade, uma convivência "sem remédio". O discurso conservador sobre a alteridade provoca uma fronteira de exílio [...] (SÁ, 2006, p. 58).

Sugere-se, portanto, uma postura em que se trabalha com *usuários de libras* e com *usuários do português*. Dessa forma, deslocam-se as interações da lógica binária e excludente expressa como "deficiente-saudável", "dominante-dominado", "capacitado-incapacitado", etc., para uma lógica bilíngüe e multicultural em que se entende cultura como terreno em que há o embate, o conflito entre diferentes formas sociais de ser, mas onde há também a possibilidade do diálogo, da negociação de espaços. Uma sociedade e uma educação inclusiva não têm lugar nem para o "bonzinho", nem para o "coitadinho".

Embora a favor do projeto de inclusão e suas propostas, não se pode deixar de denunciar os perigos de se esquecer que todo incluído é "naturalmente" um "ex-ex-

cluído”, e assim pode permanecer... Não se pode incluir quem não seja considerado por si só um excluído. Uma inclusão verdadeira, no entanto, pressupõe um respeito às diferenças, sua valorização, mas também a negação definitiva da deficiência como essência intransponível do outro, valorizando-o como um membro da comunidade e um ser capaz.

Em termos da atuação pedagógica, ressalta-se que não há surdo nem ouvinte. Há alunos, pesquisadores, sujeitos que não podem se eximir, nem serem eximidos de suas responsabilidades, nem privados de seus direitos. Nesse sentido, deixa-se de lado a lógica de “atendimento ao aluno” e se passa à lógica e à dinâmica de extração e ampliação de suas potencialidades. Dizer que não há surdo significa negar a surdez enquanto único fator preponderante para identificar um sujeito. O sujeito surdo não é constituído única e exclusivamente de sua surdez. Há milhões de outras facetas nesse sujeito para as quais freqüentemente não se busca olhar. Assim, prefere-se: sujeito sinalizante, usuário de Libras. A questão das identidades se faz, portanto, presente e não pode ser dissociada das experiências da sociedade contemporânea que vive o conflito inerente à fluidez dessas identidades.

Atualmente, vive-se um clima de insatisfação em relação às promessas da modernidade, entre elas, a de igualdade, de liberdade, de paz, etc. Tais promessas não foram cumpridas, o que tem colocado em evidência a fragilidade do mundo moderno e da contemporaneidade. O homem contemporâneo sente-se ameaçado em seus saberes e domínios, com medos e incertezas no exercício de suas práticas sociais em relação ao cotidiano, ao enraizamento e ao pertencimento a diferentes grupos sociais e à própria estrutura do cotidiano.

O que existe, neste mundo globalizado e pós-moderno, é uma fragmentação do conhecimento e a existência simultânea de saberes fragmentados. Trata-se de uma sociedade marcada pelo fenômeno da ambivalência: “presença simultânea, na relação com um mesmo objeto, de tendência, de atitudes e de sentimentos opostos” (LAPLANCHE, 2001, p. 17).

Naturalmente, esse olhar não pode e não deve implicar subordinação, no sentido de se concluir que há uma comunidade melhor e superior a outra. No entanto, não se pode esquecer que a categoria *surdo* tem seu significado construído a partir da oposição *ouvinte* e vice-versa. Mesmo que se possam admitir diferentes dimensões de significados para essas categorias, o que se tem constantemente é que surdos e ouvintes são comumente tomados como um revés um do outro. Essa forma de ver-se cria a sensação de identidade fixa em que se opera na relação *ou – ou*. Isso influencia a aceitação ou não de projetos, discursos, iniciativas educacionais e políticas que visem a divulgação do que é língua, do que é surdez, etc.

De fato, do ponto de vista da identidade, mais do que em outras épocas, torna-se evidente a inexistência de algo que possa ser identificado como uma única “identidade verdadeira”. Cabe destacar com Bauman (2005) que a identidade é uma luta simultânea contra a dissolução e a fragmentação; a identidade é um ‘conceito altamente contestado’. O “campo de batalha” é o lugar natural da identidade.

O que se pode perceber, no entanto, na relação entre grupos (minorias ou majorias) em suas lutas, é que, em quaisquer das situações próprias das relações globais e seus argumentos, a questão da identidade assemelha-se a um grito de

guerra. A identidade deixa de ser, portanto, um atributo e passa a ser uma questão de luta, uma tarefa.

Assim, fazer da *identidade* uma tarefa e o objetivo do trabalho de toda uma vida, pode ser considerado um ato de libertação – libertação da inércia dos costumes tradicionais, das autoridades imutáveis, das rotinas preestabelecidas e das verdades inquestionáveis.

O surdo precisa autorizar a si mesmo, por exemplo, a escrever em português, sem medo de “perder” sua identidade. Daí, a necessidade de se repensarem as formas de discutir “identidade surda” no campo da surdez. Não se pode, em nome da defesa de uma causa que faz da identidade uma tarefa, intensificar implicitamente o aumento das dificuldades do surdo em relação à língua portuguesa. Uma coisa é dizer que o surdo tem a Libras como L1, outra coisa é, baseado em uma visão biologizante, fazê-lo acreditar que não tem capacidade para aprender língua portuguesa.

Acredita-se ser de grande relevância tomar a atitude política de referir-se aos surdos, com maior frequência, como *sujeitos sinalizantes*. Esse sujeito não tem medo de usar a sua própria língua, nem se sente incapaz de dominar a língua de outros grupos, mesmo que sejam essas de outra modalidade. Esse sujeito não é um surdo deficiente; é um sujeito dotado de capacidade lingüística... Baseados nessa valorização do ser real, pode-se falar, então, em políticas lingüísticas e educacionais...

Referências Bibliográficas

- BAUMAN, Z. Identidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.
- FERNANDES, Eulália (org). Surdez e Bilingüismo. Porto Alegre: Mediação, 2005.
- HALL, Stuart. A identidade cultural na pós – modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.
- LAPLANCHE, J & PONTALIS. Vocabulário da Psicanálise. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- RAJAGOPALAN, K. & SILVA, FÁBIO L. A lingüística que nos faz falhar: investigação crítica. São Paulo: Parábola, 2004.
- RIBEIRO, Alexandre do Amaral. Quando negar é legítimar: reflexões sobre preconceito e políticas lingüísticas. Tese de Doutorado. Unicamp/IEL, 2006.
- ____. “Anotações sobre língua, cultura e identidade: um convite ao debate sobre políticas lingüísticas”. In: INES, Informativo Técnico-científico Espaço. Rio de Janeiro, n25/26, p.26, janeiro – dezembro, 2006.
- SÁ, Nídia Regina Limeira de. Cultura, poder e educação de surdos. São Paulo: Paulinas, 2006.